



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

SUBCOMISSÃO DE CULTURA
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 22/09/2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Boa noite a todos e todas, na qualidade de Presidente da Subcomissão para estudo, análise e debate de projetos de lei, programas e projetos relacionados à cultura, declaro abertos os trabalhos da 5ª audiência pública presencial desta Subcomissão, do ano de 2022.

Esta audiência tem como objetivo debater o tema: Território Leste – formas de gestão comunitária de espaços e equipamentos culturais.

Informo que esta audiência está sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online; pela TV Câmara São Paulo, canal digital 8.3; e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

O convite para esta audiência vem sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade*, desde o dia 14/09/2022, e divulgado no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, desde o dia 13/09/2022.

Para esta audiência foi convidada a Sra. Aline Torres, Secretária Municipal de Cultura, que será representada pelos seguintes funcionários: Aurora da Silva Oliveira, Supervisora dos Núcleos das Casas de Cultura; Eliezer Iazi, da Coordenadoria de Centros Culturais e Teatros, representando o Sr. Bernardo Galegale; Vinícius do Nascimento, Coordenador de Fomento às Artes e Formação Cultural; Juliana Faustino dos Santos, Supervisora de Cultura da Subprefeitura de Ermelino Matarazzo e Orlando Paixão, Diretor do Departamento de Patrimônio Histórico – DPH.

Foram convidados também a Sra. Lais Boto, representante do Instituto Fazendo História e os Srs. Gustavo Soares, representante do Movimento Cultural Ermelino Matarazzo; Edson Paulo Souza, representante do grupo de Teatro Buraco d'Oráculo e gestor cultural do Teatro Flávio Império; Natália Santos, representante da Biblioteca Comunitária Leia Bem no Horto; os Srs. Vereadores e a sociedade em geral.

As inscrições para pronunciamento estão abertas junto à secretaria da Comissão.

Sejam todos e todas muito bem-vindos. Temos por hábito na Subcomissão convidar as pessoas para se pronunciarem, geralmente fazemos um convite conversando com os territórios, então os convidados são do território e fomos orientados pelas pessoas do território.

E também sempre fazemos um convite para iniciar as audiências falando um pouco de como é o território, a ocupação. Quero começar dizendo que a Ocupação Ermelino Matarazzo é uma das ocupações culturais mais importantes que temos hoje na cidade de São Paulo, junto com diversas outras ocupações. É uma ocupação que tem uma experiência riquíssima aqui no território, que abriga diversos coletivos, artistas e técnicos do território, fazendo um trabalho muito importante.

E queremos, inclusive, fazer um convite para um artista, o Kenneth, MC, ator e escritor, para uma abertura nos moldes que a cultura costuma fazer. Podem aplaudir. (Palmas)

O SR. KENNETH – Obrigado. Boa noite a todos e todas, eu sou o Kenneth, da Ocupação Cultural Mateus Santos, vou fazer uma poesia. Quero pedir mais uma salva de palmas, que eu lancei meu livro há pouco tempo, acho que esse é um dos resultados que a Ocupação Cultural fornece para nós, a oportunidade de lançar um livro. (Palmas)

E é mais ou menos assim: Um parasita hoje/Um coitado amanhã/Corrida hoje/Vitória amanhã/Nunca se esqueça disso/Eu nunca me esqueci/Peguei essas palavras do Edi Rock e escrevi na parede do meu quarto/Aí toda vez que eu lia eu me sentia mais forte/Fisicamente, mentalmente preparado/Aí, tô me cuidando e tomando cuidado/Me adiantando, pois eu já nasci atrasado/Não é culpa da minha mãe/Muito menos sou culpado/A resposta é do Estado/Que fez preto que era recém descendente de escravo/Mas eu sei que esse BO eles nunca vão assumir/Caso eu não conseguir vão dizer que eu não mereci/O foda é que se eu vencer esses mesmos vão dizer/oh lá, não existe racismo no Brasil/Se o neguinho conseguiu o resto tá de mi mi mi/Errado quem pensa assim/Se eu tô correndo/Se eu tô chegando/É porque me deram os acessos/O Douglinhas mostrou o caminho/A Paty me lançou nos projetos/O amigo disse/ Cachorro você não está sozinho/E quando eu mais precisei de fato eles estavam perto, mano/Nem a Garoto vive só de Talento/Nesse momento eu paro, penso, analiso, reconheço/Que

só de chegar em casa e abraçar minha coroa/Eu tô na frente de vários moleque que cresceu junto comigo/Eu já quis ser bandido/Mas me faltou disposição/Então eu fui vender livro/Para ser livre adquiri meu passe livre no mundão/Carrego tatuado no meu braço a palavra abençoado/Pois de fato eu sou/Amo o que faço/Faço disso o meu trabalho/E hoje quando eu tomo enquadro/Eles perguntam minha função/Eu respondo/Sou escritor calma doutor/Eu sei vocês não gostam de nós/Disso eu tenho certeza/Mas para que haja um equilíbrio/Vocês podem ficar tranquilos/Pois a recíproca também é verdadeira/Sem crise/Eu virei o pesadelo do sistema/Sem precisar dar um tiro na viatura/Eles têm medo e sabem que vai dar problema/Se nós tiver dinheiro e incentivar a literatura/Minha família se orgulhou quando me viu na tela/Para desespero do Datena/Não foi no Cidade Alerta/Chupa/Tô traficando informação sem canhão/Só caneta/Podem me chamar de Lula/Pois eu também vou ser o homem mais odiado pela elite brasileira/Eles querem silêncio/Então que façamos barulho/Não batemos panela/Batemos tambor/O Rincon que falou/Nos encheu de orgulho/É que o bagulho tá doido/E eles tão doido pra puxar o gatilho/E ainda que levem o meu corpo/Mas as ideias já estão nos registros/Resgataremos as bibliotecas/E invadiremos os fones de ouvido/E é isso/Brasil/Único lugar do mundo onde quem anda armado é amado e aplaudido/Quem carrega livros na mochila é chamado de vagabundo e de bandido/Aí minha mãe/Aí meu pai/Se um dia alguém perguntar no que é que deu seu filho/Pode afirmar com um sorriso no rosto e cabeça erguida/Que hoje eu sou profissão perigo/Resgataremos as bibliotecas/E invadiremos os fones de ouvido.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Essas audiências têm sido muito importantes para nós, surgiram de uma demanda apresentada sempre na Subcomissão, a dificuldade para as pessoas, artistas e técnicos participarem.

A nossa audiência da Subcomissão de Cultura acontece às quintas-feiras de forma alternada, de 15 em 15 dias, mas é num dia de semana, quinta-feira, durante a manhã, na Câmara Municipal, que fica no Centro da cidade de São Paulo. Obviamente que a maioria dos artistas também são trabalhadores formais, no mercado formal, e tem uma grande dificuldade de

acompanhar essas audiências.

Então, sempre pensamos em fazer esse encontro de forma mais territorializada, nas regiões periféricas da Cidade. E em horários alternativos também, para que as pessoas que trabalham no horário comercial também consigam acompanhar as discussões. E é por isso que estamos vindo para os territórios e isso tem sido bem importante para ampliar a participação nas discussões da cultura na Câmara dos Vereadores.

Estamos hoje no território Leste, na ocupação Ermelino, como falei, uma ocupação muito importante, está aqui há seis anos, mas faz parte de uma luta muito maior de 20 ou 30 anos, acho que 30 anos de luta por uma Casa de Cultura no território Leste. E é uma ocupação que carrega o nome de um professor muito importante para o território, Mateus Santos. Sempre gostamos de referenciar essas pessoas que fizeram a luta pela cultura e arte no território, então, é importante começar referenciando Mateus Santos aqui hoje.

Peço licença para dar um salve para a Dona Cida, uma ancestral venerável nesse momento, mais velha da Comunidade Jongo dos Guaianases, que faleceu esta semana. E então eu queria dar um salve mesmo, porque os nossos mais velhos, as nossas mais velhas sempre nos asfaltaram esse caminho para estarmos aqui. A Dona Cida foi uma mulher que trabalhou a vida inteira junto com as pastorais da Igreja, pensando na alimentação da população preta, periférica, das crianças do território. E sempre cuidou muito de alimentar a nossa alma, a nossa ancestralidade. Partiu, mas deixou aí uma Comunidade de Jongo que continua carregando o seu legado. Então, peço licença para dar esse salve para a Dona Cida, que está em Olorum, mas está olhando para a gente.

Convido para compor a Mesa, sempre fazemos duas Mesas, a primeira, chamamos os representantes do território, que vão falar um pouquinho. Depois desfazemos essa e chamamos outra Mesa com os representantes da Secretaria Municipal de Cultura e abrimos também para as pessoas que são do território para se inscreverem e fazerem questionamentos para a gente, para a Secretaria, a quem possa responder.

Então, quem quiser se inscrever para fazer o debate, pode procurar o Mário e a gente

abre a palavra para fazer a participação no debate.

Convido para compor a primeira Mesa a Sra. Lais Boto, representante do Instituto Fazendo História. Muito bem-vinda. A Lais é assistente social, especialista em saúde mental, imigração e interculturalidade pela Universidade Federal de São Paulo; atua no Instituto Fazendo História como coordenadora do programa Fazendo História, que oferece meio de expressão através da Literatura Infanto-Juvenil para crianças e adolescentes que vivem em espaço de acolhimento. Convido também o Sr. Gustavo Soares, representante do Movimento Cultural Ermelino Matarazzo; gestor e produtor cultural. Atualmente integra o Movimento Cultural Ermelino Matarazzo, a Associação de Arte e Cultura Periferia Invisível; e na gestão da Ocupação Cultural Mateus Santos. Formado em Marketing e técnico em Gestão Cultural pelo Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo; constrói e participa do Bloco das Ocupações Culturais, articulação que busca o reconhecimento, sistematização de práticas e saberes e a criação de políticas públicas para as ocupações culturais. E o Sr. Edson Paulo Souza, representante do grupo de Teatro Buraco d'Oráculo, ator, arte-educador, com formação de Artes pela Universidade Cruzeiro do Sul; especialização em teatro de rua, em curso de extensão pela Unesp, formado em Gestão de Políticas Públicas, pela Fapesp; participa do grupo Buraco D'Oráculo desde sua formação, em 1998. Desde 2019, ocupa o cargo de gestor cultural do Teatro Flávio Império. Além disso, ele faz uma excelente galinhada, para quem quiser experimentar. Sra. Natália Santos, representante da Biblioteca Comunitária Leia Bem no Horto: graduada em Pedagogia e formada em Direito, pós-graduada em Ciências Sociais, com foco nas Epistemologias do Sul pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais e Educação.

Eu queria também fazer um convite ao Sr. Luciano Carvalho para compor a Mesa. O Luciano também é muito importante para as ocupações culturais, é ator também, poeta, e ele também é da ocupação do CDC Vento Leste, que é uma ocupação bem importante na zona Leste. Ele é um dos fundadores do Movimento Cultural das Periferias, do Fórum de Cultura da Zona Leste.

Tem a palavra a Sra. Lais Boto.

A SRA. LAIS BOTO – Boa noite. Gostaria de cumprimentar a Mesa, a iniciativa desta audiência pública descentralizada nos territórios.

Eu sou assistente social de formação e cria também desta Casa, desta estrutura que não são só paredes. A Eliane começou contando da caminhada de 20, 30 anos, então eu queria cumprimentar e saudar essas pessoas que vieram antes e afofaram a terra para a gente estar aqui, nesta noite, com todas essas paredes e essa iniciativa levantada.

Eu acho que hoje me cabe falar sobre o quanto a ocupação é importante para o meu trabalho, para a minha atuação, enquanto assistente social. Estou no Instituto Fazendo História coordenando um programa de literatura infanto-juvenil nos abrigos, nos serviços de acolhimento, em São Paulo; mas também tenho uma consultoria que trabalha dando formação em serviço de acolhimento e em outros equipamentos da Assistência Social. E, num dado momento, eu me vi precisando estar mais perto da Ocupa de outras formas e compartilhando esse espaço no meu trabalho.

Eu trabalho com literatura infanto-juvenil, mas buscando espaços culturais de compartilhamento e de pertencimento da Cidade. Para quem não conhece, as crianças e adolescentes que vivem em serviços de acolhimento institucional, elas vivem em casas, porque estão separadas de suas famílias por algum motivo. Então, todo o seu repertório cultural, toda a sua circulação pela Cidade, ficam muito comprometidos pelo sistema mesmo, por estar morando dentro de um serviço de acolhimento e tem o seu repertório muito reduzido, apesar de estar em comunidade.

Então, foi muito importante contar com a Ocupa nesse roteiro de pertencimento, a gente passou a utilizar esses espaços para encontros com os adolescentes que precisavam criar outra ligação com a Cidade, outro repertório. Alguns adolescentes conheceram o Andrio Candido, que é um poeta, e um adolescente até está escrevendo um livro sobre a sua realidade do acolhimento, enfim, foram plantios muito importantes que a Ocupa foi construindo nessa parceria com o Instituto Fazendo História, também com a consultoria que eu faço de forma mais autônoma.

E acho fundamental essa costura intersetorial, essa ligação e a correlação com a Assistência e a Cultura. Por isso, a ocupação Ermelino Matarazzo foi fundamental não só para os adolescentes, não só para as crianças, mas também para os profissionais entenderem esta casa como uma possível casa de estar, para compreender este chão no sentido da garantia de direitos, de pertencer; porque isso fica muito esquecido ou então muito afastado, na medida em que a gente não propõe atividades e não conta com esta casa como um espaço de soma dentro da Assistência, da Saúde, da Educação.

Eu já fiz reuniões de equipe aqui, já trouxe adolescentes, enfim. Então, é muito importante dizer o quanto isso ficou marcado nas pessoas não só enquanto profissionais, de contar com esse espaço, mas também para os adolescentes enxergarem uma potência e um lugar para estar no mundo. Isso foi bem importante. Acho que esta casa tem essa função também de ligar a Cidade à arte e à cultura e dar sentido para muitos adolescentes que vivem essa realidade.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Tem a palavra o Sr. Gustavo Soares.

O SR. GUSTAVO SOARES – Salve, salve, gente. Boa noite a todos e todas. Faço parte da Ocupação Cultural Mateus Santos. Queria agradecer a Sra. Elaine e a Câmara Municipal por estar realizando esta audiência no território. Acredito que seja megaimportante esse tipo de ação, nesse ambiente em que a gente vive cada vez mais o distanciamento das instituições políticas da nossa vida, ter esse tipo de situação. Inclusive, a gente não tem muito contato com a Subprefeitura, por exemplo, que é uma instância que, em tese, deveria estar mais próxima e a gente sequer conhece a supervisão. É importante isso ser ressaltado. E a própria Secretaria também, nesse últimos anos, acredito, tem se ausentado bastante do papel que deveria cumprir aqui em relação ao território.

Então, só para contextualizar, somos uma ocupação cultural que está com as portas abertas desde 2016 aqui em Ermelino Matarazzo, como a Elaine já falou anteriormente, e surge

num contexto de ausência de equipamento, de ausência até de olhar e de políticas públicas pensadas para a periferia e para esse território, e de um histórico de luta – agora, entrando em 2020, de mais de 40 anos. Desde a década de 80, existem pessoas, lutadoras e lutadores aqui no bairro, que pautaram a necessidade de um espaço cultural. E o único espaço em caráter oficial que existe no território é uma biblioteca, a Biblioteca Rubens Borba, que é um equipamento extremamente importante, mas que não é suficiente para dar conta da demanda do território. E depois de um histórico muito grande – eu não vou ficar retomando tudo –, o fato é que, desde 2016, os fazedores de cultura do bairro encontraram uma forma de suprir essa ausência do estado, depois de várias e várias tentativas de chamar o estado a agir. E frente à não resposta do estado, seja no Poder Público Municipal, Estadual, Federal. Tentamos chamar para todos os tipos de reuniões. Então a ocupação surgiu desse contexto: como uma forma de fazer periferia, uma lógica que parte do território, que pensa a partir do território, um fazer cultural que ferve e que vem desse território.

Assim como esse espaço, não é uma exclusividade de Ermelino Matarazzo ser um território desassistido, nós temos várias outras ocupações pela cidade, e, desde 2013, elas se organizam no bloco das ocupações culturais, inclusive, com vários acúmulos. Temos um decreto escrito, já pensado e proposto para a Secretaria para que pudéssemos refletir e pensar essas práticas, de que forma que a Prefeitura poderia reconhecer esses espaços, legitimá-los. Conseguimos validar juntamente com vários diálogos, a partir de vários e vários anos de construção e acúmulo, conseguimos conquistar dois editais de premiação, mas que foram muito poucos perto do que a Secretaria de Cultura de São Paulo poderia fazer, inclusive, entendendo uma gestão comunitária que ultrapasse esse conceito das OSs.

Quando falamos de gestão comunitária, já existe um entendimento consolidado que vem no sentido de passar essa gestão para OSs, para empresas privadas, organizações sociais fazerem a gestão desses equipamentos, que é completamente, diametralmente oposto ao que nós, como fazedores, coletivos culturais periféricos, entendemos de gestão comunitária. Estamos falando de uma gestão feita de fato pelos moradores do território, pelos coletivos que

atuam e conhecem essas dinâmicas. Então é muito mais nesse viés e nessa vertente que o Bloco das Ocupações, que é a Ocupação Cultural Mateus Santos e vários outros espaços da cidade, tem pensado, tem construído, e já com muitos acúmulos.

Recentemente, publicamos artigos internacionais como Bloco das Ocupações, dentro da Academia. Não que isso seja mais valioso do que o nosso conhecimento popular, mas, para o estado, muitas vezes, isso ajuda a legitimar as pautas. E o que temos agora, trazendo um pouco mais para a temática da audiência, que eu acho importante quando temos alguns representantes da Secretaria, é que, desde que a atual Secretária Aline Torres assumiu a gestão, o Bloco não conseguiu mais estabelecer um diálogo frutífero, dialogado com a secretaria, em relação a essa pauta, é uma pauta histórica que vem sendo construída desde 2013, como eu falei, que já está com decreto pronto, que é uma discussão extremamente necessária e urgente de ser feita. E simplesmente a Secretaria, sistematicamente, se recusa, simplesmente, a responder até a alguns e-mails, às vezes, ou, quando responde, marca reuniões nas quais ela não aparece.

Então eu queria deixar registrado que para nós é um descaso.

Sei que aqui tem representantes da Secretaria; mas eu acho que quem deveria realmente estar ouvindo isso não está aqui – a Secretária que foi convidada. Mas deixo essas reflexões para pensarmos por que essa gestão não quer dialogar com os movimentos culturais periféricos, por que não podemos pensar uma gestão cultural que parta de fato de uma lógica e de um território periférico. Eu acho que essa é uma das principais demandas. É simplesmente podermos retomar uma construção, um diálogo, que seja frutífero para ambos os lados.

Eu acho que é só isso mesmo.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Gustavo.

Agora é o Edson Paulo Souza.

O SR. EDSON PAULO SOUZA – Boa noite a todos, a todas.

É um prazer enorme participar de uma Mesa com essa configuração de parceiras, parceiros. Mesmo que o convite tenha sido feito inicialmente como sociedade civil, hoje eu ocupo

um cargo público – estou gestor do Teatro Flávio Império. E, lembrando histórias, estive por diversas vezes nessas configurações de Mesa com as pessoas aqui em outros campos de luta, mas é a primeira vez que encontro a Elaine, e nós ocupando essas posições.

Vale muito a pena dizer uma fala do lugar que eu ocupo hoje, porque no lugar do qual eu venho eu colaboro com todas as falas dessa Mesa e de outros parceiros que estão aqui pelo campo de luta do qual eu faço parte e em relação ao qual eu também fui respaldado e consultado quando recebi o convite para ocupar a gestão do Teatro Flávio Império, com o papel de tentar minimizar um pouco essa lacuna que o Gustavo aponta.

Se olharmos equipamento de cultura a partir de Cangaíba, o mais próximo vai ser a Casa de Cultura de São Miguel Paulista. Então temos quase um apagão de um equipamento no qual a ocupação Ermelino Matarazzo consegue dar conta, consegue suprir. E passa a ser um exemplo.

Eu tenho por hábito, todas as vezes que recebo visitas de coordenação ou supervisão, de apresentar àqueles que não conhecem o espaço para o tomarem como modelo, como referência mesmo.

A Elaine fala no início: Grupo Teatro Flávio Império.

É interessante isso. Não é de todo ruim, Elaine, porque o entendimento de grupo é pensar uma coisa coletiva. E é isso que eu tendo fazer, ser, dentro de uma gestão pública: tentar ser horizontal, tentar ser coletivo.

Dadas as devidas hierarquias, as devidas regras jurídicas, éticas, eu tento, ao máximo, dar voz e colocar todos e todas que estão junto comigo na gestão daquele espaço – não é um espaço que vai ter somente um gestor, mas tem uma gestão.

Aqueles que de certa forma passaram em algum momento pela programação do Teatro pode ter sentido um pouco disso: de ser recebido e tentar transmitir um pouco para o público do entorno que o equipamento busca uma outra forma, uma relação mais horizontal.

Dadas tantas dificuldades que a gente pode, depois, colocar à frente, eu sempre busco o diálogo com o território, principalmente durante períodos da pandemia.

A Ocupação Ermelino foi uma grande parceira mesmo para que pudéssemos, de fato, manter algumas coisas de programação, de indicações, de poder construir projetos juntos.

Então eu venho buscando cumprir essa relação de ter esse contato com o território. E aí, quando falamos em territórios, quando pensamos em uma estrutura maior, mais organizada, a Ocupação Ermelino Matarazzo representa muito isso.

Dessa forma, o que temos de ações dentro do equipamento, algo que queremos voltar a ter, são os conselhos participativos. Havia o início desses conselhos; para cada equipamento, tinha essa dinâmica, cada equipamento fazia a sua forma de conselho. E nós conseguimos fazer algumas poucas reuniões antes da pandemia; pós-pandemia, não voltamos com isso. E é o momento de abrir para a comunidade do entorno e saber realmente isso. Então, deixo em aberto o convite. Se a Subcomissão de Cultura quiser levar essa discussão para o entorno, ela é bem-vinda.

Como organização, como teatro, a nossa forma de programar é atender todas as demandas que são colocadas. Tanto a demanda da própria programação, quanto dos grupos que acessam as verbas públicas por meio do programa de fomento. Deve-se louvar um pouco isso, os tantos projetos que atendem a região, os grupos mais periféricos; claro, que o cobertor é mais curto, às vezes, é preciso mais organização, mais luta, orçamento e tudo mais, mas existe muita coisa que ocupa a nossa programação que vêm dos programas de fomento. Vem a outra programação que é montada dentro da própria Secretaria, e sobra espaço para que a gente possa atender as demandas locais que nos chegam e de outros locais da cidade, afinal de contas, o equipamento é público e pertence à cidade como um todo.

Assim, a gente vai construindo, e eu entendendo como gestor de um espaço, trazendo essa experiência do movimento, essa experiência em grupo que se dá no âmbito do poder público.

Acho que é isso. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Edson. Agora, a Natália.

A SRA. NATÁLIA SANTOS – Boa noite a todes. Estou muito feliz em estar aqui. Quero agradecer à Elaine e ao mandato pelo convite e, também, à Ocupação Cultural Mateus Santos, por muitos acolhimentos e por ser quem, de certa forma, me fez estar aqui. Agradecer, também, porque para mim é importante estar aqui, Mário Esteves está com a gente hoje, e grande parte da minha caminhada vem disso, das bibliotecas comunitárias. Eu estou representando uma ocupação cultural que não existe mais porque o Parque Horto Florestal na zona Norte foi privatizado. E, apesar de a Secretaria de Cultura ter determinado, por Decreto, que nós éramos um equipamento de cultura, nunca houve, por parte da Secretaria, um interesse em fazer uma discussão com a gestão do parque para que continuassem as nossas atividades lá.

É muito engraçado isso porque eu conheço a Secretária de Cultura dessa época, de quando eu estava no Horto Florestal enquanto articuladora de cultura, e a presença dela sempre foi muito engraçada. A gente está hoje para falar das nossas demandas, e, de 2018 a 2020, fiz parte do quadro de funcionários da Secretaria Municipal de Cultura, fui coordenadora da programação das bibliotecas da cidade. As nossas bibliotecas da cidade, infelizmente, não têm nada de comunitárias nem de democráticas. A gente está fazendo uma assembleia pública, e não vejo, sequer, um representante do Plano Municipal do Livro, Leituras, Literaturas e Bibliotecas, e chamo a atenção, porque além de não termos nenhum representante do poder público, não temos nenhum representante da sociedade civil. Isso é um problema gigante.

Existe um espaçamento abissal entre a literatura que está sendo produzida na Ocupação Cultural Mateus Santos e a literatura que está sendo incentivada dentro das bibliotecas. Existe um plano que garante o trânsito das periferias dentro das bibliotecas. Esse plano ainda é feito com base nos projetos criados no passado, como forma de, minimamente, garantir que essas pessoas não fossem vetadas de estarem nesses espaços.

A gente está falando de uma programação que, até pouco tempo atrás, quando não existia um Decreto que garantisse um cachê decente para que esses escritores periféricos pudessem circular, para que esses artistas periféricos pudessem circular dentro desses

equipamentos – friso esses equipamentos, porque as bibliotecas municipais da cidade de São Paulo são a maior parte dos equipamentos culturais nesta cidade e da América Latina. A serviço de quem estão as bibliotecas municipais? A gente está ao lado da Biblioteca Rubens Borba. É lamentável, porque não tem nenhum vínculo com a ocupação. A ocupação oferece programação cultural e voltada à literatura semanalmente; a biblioteca, não. Ela sequer se dá o trabalho de pensar enquanto rede ou até mesmo o Conselho deveria estar pensando que existe uma ocupação cultural que não acontece só aqui: há a Casa de Cultural Hip Hop Jaçanã que é perto de várias outras bibliotecas, Biblioteca Helena Silveira perto de outras bibliotecas, Marcos Rey, outra biblioteca na zona Sul, que tem um papel importantíssimo de articulação com o pessoal do Sarau do Binho.

Por que essas pessoas não estão dentro das bibliotecas com as suas programações? Qual é o nível de burocratização que ainda existe? Sendo que as bibliotecas são os únicos equipamentos que têm um plano municipal em vigência. Vigência para quem? É um enfeite. Tem que ser muito claro para falar disso.

Acho que já posso terminar por aqui, dizendo que é uma falta de respeito não estarmos na presença do Sra. ou Sr. Secretário Adjunto – não sei se é Secretário ou Secretária -, também não está presente a Secretária de Cultura ou até mesmo o chefe de gabinete, porque, enquanto coordenadora da programação eu estava rendida, não tinha autonomia e sabia que a pessoa que estava acima de mim também não tinha, quem manda é o cara do dinheiro e a Secretária de Cultura. Se as pessoas não têm autonomia, a gente está fazendo reunião para reunião; se a mulher não quer fazer reunião com a gente, como será que nossas pautas vão chegar para ela? Sendo que elas não estarão sendo faladas por nós? (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Natália. Agora, por favor, Luciano Carvalho.

O SR. LUCIANO CARVALHO – Boa noite. Obrigado, Vereadora Elaine, pelo convite para compor a mesa. Sou Luciano, faço parte de uma ocupação cultural que talvez seja uma das mais longevas da cidade de São Paulo, CDC Vento Leste. Estamos há vinte anos, são duas

décadas de resistência e luta. Eu componho um coletivo de artistas chamado Coletivo Dolores Boca Aberta Mecatrônica de Artes, que existimos e resistimos na zona Leste de São Paulo há vinte e dois anos. A nossa ocupação teve muitos altos e baixos – depois falo sobre isso. Mas eu queria agradecer o convite, agradecer até a sequência da mesa, com experiências tão diversas e tão importantes e emblemáticas para a gente pensar num panorama cultural na nossa cidade e como isso vem se modificando.

Nós estamos numa ocupação intensamente viva e linda. E por ser linda, viva e poética, também é agressiva, mas na medida dessa agressividade transformadora de quem não está conformado com essa situação que está colocada. Então, parabéns, aos camaradas e às camaradas da Ocupação Mateus Santos, porque é lindo demais estar aqui. É uma referência.

Temos, também, a companheira Elaine Mineiro, que é uma fazedora de cultura, uma lutadora da nossa categoria, vamos chamar assim, da nossa classe, que caminhou junto em diversos desses espaços. A Elaine ajudou a construir o CDC Vento Leste, a nossa batucada da Unidos da Madrugada, ajudou e compôs diversos grupos de teatro. Então, é uma pessoa do movimento e que, pelo movimento, consegue ter um espaço público, consegue trazer um debate dessa qualidade para esse território. Olha a qualidade disso!

Estou ao lado do Edson, que está na condição de gestor de um teatro público, o nosso Flávio Império, que estava morto. Houve um momento em que esse teatro foi muito vivo: quando a Cia. Estável de Teatro o ocupou, fez ali o Amigos da Multidão e recebia dezenas, centenas. Ali pude ver um espetáculo maravilhoso chamado O Auto do Circo, com as crianças dizendo o texto na boca de cena, de tanto que elas viam no teatro encantado que era o Flávio Império. Depois, pela ausência das políticas, ficou um teatro morto e abandonado.

Mas com o Edson, que é um homem de teatro, do importante Grupo Buraco d'Oráculo, da zona Leste de São Paulo, que está a condição de gestor daquele espaço muitos grupos, muitos grupamentos, artistas da zona Leste de São Paulo e de outras quebradas que estão ocupando, aquele teatro está vivo de novo.

O Edson também está conseguindo dividir o espaço da beleza da cena e um pouco

do pão, que é o dinheiro para a gente poder apresentar alguma coisa e sobreviver.

Tem aqui a companheira fazendo essa luta importante das bibliotecas, mas numa perspectiva da ocupação que foi abandonada. Acho que esse exemplo também é muito vigoroso, uma ocupação que foi abandonada e privatizada.

Parece que a solução do Poder Público para as nossas ocupações é privatizar a coisa, como no nosso caso que estamos há 20 anos na fila, no CDC Vento Leste. É jogar na mão de outras pessoas.

Eu não mencionei a companheira do importante trabalho, também, juntando meninos e meninas numa referência, numa conexão com uma ocupação viva, dando sentido e apoio psico – aí eu não tenho vocabulário e palavreado para entender do que você que pode falar depois muito melhor -, mas abraçando, recebendo a turma nossa.

Antes eu queria dar um salve para esse poeta maravilhoso, que abriu com imensa dignidade e lindeza que nos emociona muito.

Portanto camaradas, trata-se de uma Mesa e um lugar importantes, com experiências reais que apontam degraus. Parece que a gente caminhou um pouco, mas também apontam uma letargia e uma capacidade de o Estado absorver as nossas questões e neutralizá-las. A gente vive nesse eterno apagamento.

O CDC Vento Leste, hoje, não posso dizer que estamos em crise, porque acabamos de inaugurar um catavento de 12 metros, lindão. Ficamos em cartaz com peça de teatro, fizemos o Festival Comida de Verdade, distribuimos mais de mil refeições com chefes de cozinha numa cozinha popular, em parceria com movimento sem-terra. As coisas estão vivas e ainda acontecem.

Mas acontece também que a gente vai cansando, porque é sempre na precariedade. Nós começamos em 2002 a ocupação. Aqui começou em 2016. Daqui a 20 anos eu espero que o Gustavo esteja no mesmo fôlego, mas espero que não estejamos com o pires na mão, pedindo reconhecimento público e que a gestão desses espaços seja feita pelas comunidades, pelas pessoas que estão nos territórios que podem se organizar, dar vida e sentido a uma produção

cultural rica, dialogando com a diversidade da criação do território.

Não se trata de ser bairrista, não querer trocar ideia com a rua de cima, mas se trata de querer reconhecer os nossos para poder receber todo mundo em festa, que nós temos capacidade de gestão. Nós temos capacidade de cuidar das nossas coisas. A luta para construirmos o fomento das periferias foi gigante.

Depois, na prestação de contas, quando a gente vai e acessa é uma humilhação. Parece que por ser de periferia, porque é marginal, no sentido da margem da sociedade e da margem geográfica, parece que nós estamos sempre roubando.

Aí é notinha por notinha, tipo humilhação. Não basta o trampo feito, não bastam o registro, os relatórios, as atividades têm de ir nota sobre nota, no sentido de uma burocratização que pesa muito mais para quem está nas margens da cidade.

E aí nós ficamos de pires na mão, sendo humilhados, quando conquistamos um direito. Foi uma luta nossa para tentar cercar para que isso não acontecesse, mas acontece.

Fico mencionando a questão e já faço coro com a turma aqui, é uma pena com essa qualidade, nesse território, a Secretária de Cultura, que é da periferia, como que ela não está aqui? Com quem ela está dialogando? Quais são os interesses? É importante que tenha a representação e que chegue aos ouvidos dela o tamanho do descaso e da ofensa. Tem que estar aqui.

Não quero ser agressivo, quero festejar o encontro e agradecer a oportunidade da fala. Festejar a ocupação Mateus Santos, que dure mais 20, mais 30 anos e que os fazedores e fazedoras daqui possam na autogestão, criando seus mecanismos de tomada de decisão e de distribuição de recursos internos, para pagar as suas contas e promover essa lindeza para muito mais tempo que isso modifique.

Nós, do CDC Vento Leste, permaneceremos na fila para sermos reconhecidos como uma ocupação da cidade que já foi premiada diversas vezes. Produzimos o espetáculo A Saga do Menino Diamante, uma ópera periférica, ganhamos o Prêmio Shell, que a burguesia mais festeja e fala: Oh, ganhamos isso lá. São 600 pessoas vendo a peça, num sábado, num terreno

baldio, no Jardim Triana, próximo ao Metrô Patriarca. Está lá, tem essa história.

Espero que a gente não continue na situação de ter de matar um leão, por dia, porque a nossa existência fica prejudicada e aí eu faço esta fala um pouco chateada e cansada, mas seguimos na luta. Obrigado pelo espaço. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Gente, obrigado. Eu quero agradecer esse primeiro momento. Nós costumamos desfazer a Mesa, porque nós sempre estamos em espaços que não cabe uma mesa grandona assim, mas o debate continua. Nós continuamos sempre que é possível.

Eu quero agradecer mais uma vez a participação de todos.

A gente vai fazer um convite para a representação da Secretaria sentar conosco e abrir também, caso haja algum inscrito, para fazer a fala do momento, depois nós continuamos o diálogo com a Secretaria e as pessoas presentes.

Obrigada, gente.

Enquanto o pessoal desce aqui, eu estava falando no ouvido do Edson que o teatro Flávio Império, que é da Penha. Sou da Cidade Tiradentes que é um bairro do extremo Leste.

Quando eu tinha 12 anos, fazia um curso de dança numa organização, fui me apresentar no Flávio Império. Não preciso falar a data, faz um pouco de tempo. Mas a minha mãe me levou para assistir a esta apresentação. Eu estava falando para ele que foi a primeira vez que entrei num teatro, com 12 anos, para me apresentar e a primeira vez que a minha mãe entrou num teatro. Porque ela foi me levar para eu me apresentar no espetáculo.

Quero mostrar a importância que tem, por exemplo, como a minha mãe, uma mulher do interior que chegou em São Paulo e se tornou doméstica. Vejam a importância que têm esses equipamentos de cultura na cidade. Foi aquela a primeira vez que minha mãe entrou num teatro, que foi o teatro Flávio Império em que, hoje, o Edson faz um trabalho brilhante.

Vamos aos convites. Não sei se estou com o nome das pessoas que chegaram, caso haja alguém que foi convidado e eu não chame, se apresente, por favor. Quero convidar a Aurora da Silva Oliveira, Supervisora do Núcleo das Casas de Cultura; o Vinícius do Nascimento, e o

Eliezer lazi, que estão na minha lista dos que confirmaram a presença. (Palmas)

Pergunto se a Sra. Juliana Faustino dos Santos, que já tinha confirmado a presença.

(Pausa) Não, não chegou.

Há inscritos já? Então vamos dialogando, enquanto não há pessoas inscritas. Antes de passar a palavra, vou fazer alguns reforços sobre as falas que ouvi hoje, porque acho que há experiências interessantes que nós poderíamos discutir.

A ideia de fazer esta audiência para falar das gestões compartilhadas para essa ocupação tem a ver com algumas coisas. Não sei se todos conhecem essa ocupação, mas quem quiser em algum momento circular por lá e conhecer, há um quadro com todos os coletivos que participam e fazem a gestão do espaço.

Ela é uma ocupação muito importante, histórica, por conta da própria ocupação, da maneira com que foi feita a ocupação, porque ela vem de uma luta muito grande por um espaço de cultura nesse equipamento, porque ela abriga diversos coletivos do território, de diversas linguagens, que fazem um trabalho e uma gestão compartilhada, e porque ela tem uma rede com o território que é muito grande e muito especial.

Isso tem a ver, um pouquinho, com o que a Natália estava falando, da dificuldade de se conseguir fazer com que os equipamentos públicos façam essa rede, para que funcione essa rede em muitos equipamentos públicos. Em todas as audiências públicas de que participamos, um dos pontos em que a galera sempre bate é a dificuldade de acesso aos equipamentos, sobretudo ao CEU. É uma coisa que as pessoas sempre questionam e o CEU é um equipamento da educação. Aí, sempre há essa discussão: “Poxa, é difícil a Secretaria de Cultura acessar, porque é um equipamento da educação. Então, não conseguimos ter relação.”

Eu gostaria que pudéssemos falar um pouco dessa dificuldade que a Administração Pública tem, de que as suas administrações conversem, se vocês puderem falar sobre isso, porque vemos uma demonstração, que é isto: um equipamento de saúde, um equipamento de assistência, consegue ocupar e fazer um trabalho qualificado em uma ocupação cultural e isso é extremamente importante para o território. Isso vem por conta das práticas dos coletivos que

estão ocupando o território, mas não conseguimos enxergar isso, muitas vezes, nos próprios equipamentos da Administração Pública. Então, eu gostaria que pudéssemos falar um pouquinho sobre isso.

Eu acho que outro ponto bem importante em que o Sr. Edson tocou foi sobre os conselhos participativos dos equipamentos. Estamos, agora, em uma discussão do conselho e isso tem aparecido muito fortemente, lá, na Sub de Cultura, e com os coletivos. Aparentemente, vamos receber um projeto de lei do Governo, da Secretaria de Cultura, sobre os conselhos municipais que têm de ser implementados, mas o Sr. Edson também traz um detalhe importante, que são os conselhos participativos. Dentro dos debates sobre o Conselho Municipal de Cultura, o movimento sempre bateu muito na tecla de o conselho ser deliberativo, e não só consultivo. A resposta que tivemos da Secretaria, até o momento, é de que não, o conselho não vai ser deliberativo, e de que o PL, a peça que vai ser apresentada na Câmara, vai ser de um conselho apenas consultivo. Então, o Conselho Municipal de Cultura não vai ter participação deliberativa. Houve muito questionamento, também, sobre as cadeiras que vão compor esse conselho e a falta que também fazem esses conselhos nos equipamentos. Então, que pudéssemos falar. Estamos falando da participação popular – ou da falta de participação popular – e seria bom se pudéssemos fazer isso.

Outra coisa, também – acho que já falei disso em outras audiências; aparece em todas as audiências e a fala do Luciano traz muito disso –, é essa angústia, mesmo, que aparece na fala de muitos dos fazedores e trabalhadores da cultura, por algo que deveria ser o primeiro, assim, que é o reconhecimento do trabalho, o reconhecimento da celebração da arte e da cultura que é realizada nos territórios. A cultura não é algo que é criado por uma Secretaria ou pela Administração Pública. A cultura acontece nos territórios, na vivência das pessoas, na produção artística, na circulação, na fruição artística. Em todas as audiências públicas – em algumas há até uma angústia de choro, mesmo, das pessoas; em outras, elas estão com raiva – percebemos um sentimento de desrespeito. As pessoas se sentem extremamente desrespeitadas pela Administração Pública e não é uma coisa de agora, como o Luciano falou.

Então, há 20 anos existe o CDC Vento Leste. Este território luta há 30 anos por uma Casa de Cultura. Em todos os territórios por que passamos, isso é sempre apontado. São 20, 30 ou 40 anos, realizando as práticas, e não temos o mínimo de reconhecimento de que essas práticas acontecem no território. Então, eu gostaria que pudéssemos falar um pouco sobre isso, também.

Também questionamos sempre o fato de que ficamos conversando com os técnicos da Secretaria. Acho que a Natália também falou sobre isso. Conversamos com os técnicos, mas não conseguimos conversar com quem pensa, com quem está ali, fazendo a política pública. Isso é um pouco angustiante, porque sabemos que não é necessariamente a vontade dos técnicos que está ali sendo executada.

Contudo, com quem é que falamos? Com quem é que conseguimos fazer esse diálogo? Em que espaço conseguimos fazer esse diálogo? Se estamos chamando uma audiência pública da Câmara Municipal de São Paulo, chamada pela Subcomissão de Cultura, com quem é que fazemos esse diálogo, como conseguimos fazer esse diálogo e o que pensa, também, a Secretaria?

Quem começa?

A SRA. AURORA DA SILVA OLIVEIRA – Oi, gente. Boa noite. Eu sou a Aurora. Atualmente, eu coordeno as Casas de Cultura.

Primeiramente, a Mateus Santos é uma inspiração para todos nós. Acompanhei durante muito tempo a empreita e o apoio que essa ocupação deu, inclusive, para a Okupação Coragem surgir. Enfim, sempre foi uma referência para nós, na Cohab II. Quero saudar todas as pessoas que têm sido exemplo para nós, na gestão desse espaço como um espaço público que tem um reconhecimento da comunidade artística que está aqui. Tem um reconhecimento da população que reside neste território e eu espero, honestamente, que consigamos esse reconhecimento por parte do Poder Público, também.

Eu adoro este formato. Já disse isso em outras audiências. Acho que favoreceu o acesso para toda a galera poder se colocar, em um horário e em locais que sejam mais

adequados do que na Câmara Municipal. Então, quero parabenizar a Subcomissão, a Vereadora Elaine do Quilombo Periférico e toda a sua equipe, que está se esforçando para fazer acontecer.

Quanto ao nosso relacionamento com o CEU, o meu histórico é que estou na SMC desde 2017. Aí, percebo avanços e retrocessos nesse diálogo com a SME. Acho que agora está sendo indicada uma reaproximação. As informações que eu tenho são de que retomaremos o Circuito Municipal de Cultura para os CEUs ainda neste ano. Então, já fica aí a sugestão para a galera toda se cadastrar no *link* do circuito e estabelecer esses contatos. Acho que, inclusive, temos feito indicações que estão sendo absorvidas e o bom do formato é que ele favorece contratações mais robustas. Então, fecha-se mais de uma data e isso favorece as negociações todas. É importante, porque são muitos equipamentos a mais, os CEUs. Acho que estamos com 60 em atividade. A ideia é já começar em alguns dias essa circulação. Aí, um jeito para acessar é por meio do cadastro no Circuito Municipal. O que eu tenho de informação sobre o relacionamento tem se dado nesse lugar. Acho que é uma coisa que talvez possamos encaminhar, para entender se avançamos para outros aspectos que eu desconheço no momento.

Eu entrei na Secretaria Municipal de Cultura na gestão do André Sturm, mas a minha indicação se deu a partir do conselho que estava constituído na Casa de Cultura. Isso, para mim, tem bastante importância e representa a importância dos movimentos, dos mecanismos de participação popular. Isso significa que, de alguma maneira, conseguimos garantir que participem pessoas que façam sentido no território e que conheçam a trajetória, todo o arcabouço e as produções que há ali, naquele território. Acaba fazendo mais sentido se conseguimos, de fato, garantir a sua participação, nesse sentido. Eu sou uma entusiasta, assim. Acho que a ideia é que consigamos voltar a implementar isso.

Ficamos quanto tempo? A última eleição foi em 2016, 2017 e 2018... Ela foi prorrogada por dois anos. Aí, encontramos alguns empecilhos jurídicos para conseguir chamar novas eleições, que não foram solucionadas na gestão, naquele momento. Na verdade, a gente ficou assim: olha, vamos colocar na rua. Estava tudo pronto para colocar o conselho dos

equipamentos na rua. Íamos seguir os mesmos formatos que foram debatidos e que foram elencados em 2016, mas encontramos alguns entraves jurídicos que não foram superados. É isso.

Então precisamos voltar a debater. Isso conjumina com o Conselho Municipal, mas tem uma discussão que, também, precisa ser feita nesse sentido, que são os conselhos dos equipamentos que, do meu ponto de vista, só temos a ganhar. É uma forma de conseguirmos garantir, ainda que a gestão do equipamento não esteja totalmente pronta ou predisposta para esse diálogo, através dos conselhos isso consegue materializar. Olha, isso aqui precisa ser visto, precisa ser apontado, precisa ser absorvido, precisa ser pensado.

No que diz respeito ao cargo que ocupo no momento, estou totalmente disposta, junto a minha equipe, a sentar, trocar ideias e avançar juridicamente para podermos fazer. Essa é mais uma pauta. Acho que precisamos colocar na lista para ser debatido, inclusive, com a própria Aline, enfim, com o jurídico da SMC.

A Elaine traz à tona e, para mim e acho que para todo mundo aqui, ela é uma referência quando se fala em ocupações e nos avanços que tivemos nas políticas periféricas da cidade. Estou engatinhando nesse rolê, só tenho aprendido. Tenho apanhado bastante, mas a gente aprende apanhando também para esse reconhecimento. E tenho puxado o bonde lá dentro, para falar: olha, vamos lá, vamos conhecer, precisa entender melhor como é que funciona, porque a Mateus Santos, por exemplo, é uma das que eu uso como referência para fazer esses debates internos. Olha, a gente tem um modelo de gestão e uma prestação de serviços para a comunidade artística, para a população e para o munícipe como um todo que para mim é uma referência.

Estão sendo geradas tecnologias aqui que vieram muito forte, por exemplo, na pandemia, aquilo que o Douglas e outras pessoas usam com a simbologia, a gente participou de *lives* juntos trocando essa ideia. A pandemia, para mim, apesar de tudo, foi uma grande vitrine nesse sentido, para aquilo que essa ocupação tem de potência – e muitas outras. É que eu estive mais próxima desta, acompanhei muitas *lives* que aconteceram daqui.

Para mim, esse lugar de estar sendo criada tecnologia, uma tecnologia social, que é muito específica de uma parcela muito específica da população, e que a gente precisa absorver na SMC como um todo. Para mim, traria meus gestores para cá para fazer um cursinho, para poderem absorver o mínimo possível de interação, de mapeamento. Eles fizeram aqui um trabalho incrível de mapeamento e de divulgação desse trabalho, dentre outras coisas, que para mim são referências.

A Natália falou o seguinte: elas não estão aqui e como é que a gente repassa essa informação para o gabinete? A gente repassa do jeito que eu estou falando para vocês. Eu não crio uma personagem para estar aqui, nem para estar ali e nem para estar na SMC. Eu estive lá, bateram nisso, bateram naquilo. Como é que a gente organiza? Como é que a gente responde? Enfim, todas as pautas que têm sido levantadas nas audiências anteriores, temos tentado nos organizar para dar respostas, dentro daquilo que está no escopo das Casas e até mesmo quando extrapola o escopo das Casas de Cultura, quando eu percebo que a gente conseguiria dar conta, mesmo diante de tantas dificuldades. Temos feito bastante esforço nesse sentido, de tentar responder as questões que estão sendo postas na audiência.

Acho que é isso. Quer complementar, Vini?

Bom, permaneço à disposição para trocar ideia e dialogar.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. VINÍCIUS DO NASCIMENTO – Boa noite, pessoal. Chamo-me Vinícius. Estou na Secretaria desde 2018 e desde 2019 estou como Coordenador de Fomentos. A área de Fomentos, hoje, cuida de três departamentos: fomento às artes, que liga fomentos em geral de linguagens artísticas, como teatro, dança e circo; a diversidade cultural, que cuida do VAI e do Fomento à periferia; e formação cultural também.

Acho que teve alguns pontos aqui que, tanto a Aurora como a Elaine trouxeram, gostaria de reforçar mais como um lugar de um gestor público mesmo. Nada substitui o papel de estar o Secretário, estar o Chefe de Gabinete, estar o Adjunto. Essa é uma conquista que tem que ser feita, uma provocação, mas aqui a gente também tem um papel de, como gestor público,

poder trazer um pouco desse diálogo e tentar fortalecer o diálogo com a base, que são vocês.

Estar neste território, que já teve altos e baixos com alguns Secretários, também é bem emblemático, mas acho que tem uma fala, que também foi trazida em outras audiências, que é bem importante e, como Coordenador de Fomentos – aí faço uma provocação para a Elaine –, de fazermos uma audiência pública ou uma reunião para falar sobre o fomento à cultura da periferia.

Já existe a sua implementação há seis anos e é importante a gente rever sua execução. A gente não consegue mudar a lei como gestor, como Executivo, mas existe a possibilidade sempre de propor, acho que não é esse o lugar, mas acho que tem o lugar da execução da lei. Acho que pensar no diálogo com a sociedade, com os movimentos, de como ela foi pensada e de como ela está sendo executada, tanto na parte burocrática de notinhas e tudo mais, como na sua execução plena. Eu acho que esse é um lugar importante de a gente pensar e fazer esse lugar de fala, de diálogo, porque só assim a política pública, que já existe, pode ser melhorada. Também fico super à disposição nesse lugar mesmo de discussão, não só do fomento à periferia, mas principalmente dele, porque foi uma luta dos movimentos culturais da periferia.

Acho que tem um lugar também do movimento periférico, que eu acho que é importante pensar ou se prepararem para isso. Talvez no ano que vem, provavelmente, devemos implementar as tais leis emergenciais: a Lei Paulo Gustavo, a Lei Aldir Blanc, principalmente a Lei Aldir Blanc vai ser uma política permanente de três a quatro anos que a gente vai executar.

Precisamos entender o que a gente precisa nesse lugar de reconhecimento da cultura, resgatando um pouco da fala da Elaine e também um pouco do que o Gilberto Gil falava como Ministro: a função do Estado na Cultura é reconhecer a Cultura, não fazer Cultura. É trazer um pouco desse lugar, o que os movimentos culturais da periferia querem e pensam para a Lei Aldir Blanc, que é uma lei que vem para suplementar e apresentar mais recursos, tentar ser mais democrático.

Acho fundamental também tentar - nós como gestores - ouvir isso de vocês e vocês

apresentarem essas pautas e esses encaminhamentos, para quando chegar o recurso, para quando chegar o dinheiro – que logo, logo deve chegar –, é meio nesse lugar, de estar preparado para a gente ter uma construção minimamente coletiva.

Da minha parte é isso. Eu, como gestor, reforço que estou sempre aberto ao diálogo e, mais do que tudo, reconhecendo o que vocês fazem é muito cultura, e a gente pode proporcionar o que a gente consegue com a Cultura. Eu não sou muito otimista. Então, eu sempre falo que o meu trabalho nunca é bom o suficiente para alguma coisa, mas se há alguma coisa que eu me orgulho muito é de ter contribuído com a premiação para as Ocupações, apesar de sempre achar que é muito pouco. O que o próprio bloco sempre falava para mim é: “O que a gente busca é outra coisa, é o decreto.” Isso é só um passo. Talvez até dentro do decreto, mas, de certa forma, é uma conquista, e acho que a gente tem que ter, nesse lugar...

Então, fico à disposição sempre para um diálogo. Está bom? Eu não sei como está a organização, se já vai abrir para perguntas.

O SR. DOUGLAS – Salve Vinícius. Firmão? Da hora. Sou Douglas aqui da Ocupa. Você falou sobre o fomento à periferia, mano; e aí o tema da Mesa é gestão comunitária. Isso vem acontecendo aqui. A prova foi que todo mundo falou aí na mesa, mas eu fico pensando como vocês, da SMC, ficam esperando pressão. Está ligado? E aí nós da quebrada aqui sempre temos que ir lá e avisar para vocês. Talvez o lema nosso seja defender o óbvio, mas isso cansa. Está ligado?

Então, como você coordenou o fomento à periferia, 3% da lei tem que ser investida para divulgação, para fomentar mais outras pessoas pensando nisso, porque senão nós ficamos só nessa bolha, defendendo nós e não chega mais ninguém novo. Está ligado? Então, queria ver como vocês estão usando esses 3%, que é um dinheiro da hora, e se a gente pensa em gestão comunitária, esses 3% estão na mão de vocês. É óbvio que nós temos que trocar ideia com essa galera mais alta, mas há um básico que está na mão de vocês e não é executado.

Então, queria ver por que, em nenhum espaço aqui, a gente falou. A Lais trouxe uma provocação da hora aqui, da galera da saúde, da galera do social e da educação, e a lei de

fomento não chega para eles e não é preciso esperar uma pressão nossa de chegar em vocês e falar: “Cadê os 3%?” Aí vocês vão lá e executam. Parece que é o tempo todo. Se nós correremos, batermos e provarmos para vocês, se a gente prova é executado. Se a gente não prova, está suave, está firmão, bola para o mato, porque o jogo é de campeonato. Gestão comunitária não é assim. Aqui vocês falaram tão bem da Ocupa. Nem acho que é tudo isso, mas aqui a gente tem um lema, que é: “Levantou, chuta.” Se a bola estiver na sua mão, tio, você que faz o corre. Está ligado? Não é esperar uma pressão nossa para ir lá. É uma ótica cruel até pensar que a gente tem que trazer uma demanda para vocês. Aí a Aurora vai lá e leva desse mesmo jeito, da hora. Aí eles falam: “Agora há pressão. Então, tem que fazer. Faz o mínimo para parar a pressão. Ah, parou a pressão. Está suave então. Vão lá vocês três apanhar, apanha um pouco, traz demanda. Ah, trouxe demanda, faz uma merrequinha aí, mano. Marca uma audiência aí, que eu vou dar um pião ali na Bahia. Depois a gente desenrola essa fita aí. Então, fica sempre esperando pressão, da hora que você fez o corre para premiação, mas você olhando o prédio já vê que o valor da premiação não aguenta três meses aqui. Está ligado? E a gente está o ano inteiro tramando no osso. Então, como que são essas lógicas? No ano que a gente está no osso, a gente não tem força para fazer pressão. Está ligado? E aí, se não há pressão, não há execução. Acho que é meio cruel essa lógica. Então, como o tema da mesa é gestão comunitária, talvez vocês podem criar uma gestão comunitária individual dentro da SMC. Está ligado? De pressão de vocês mesmos, e não esperar vir dos movimentos, vocês mesmos gerarem essa pressão. Como que é pensar isso? E sobre os 3%, que é mais viável e é mais factível até? (Palmas)

O SR. VINÍCIUS DO NASCIMENTO – Bom, é importante só para esclarecer também que quem cuida do fomento à periferia é a Juliana, que é coordenadora. É importante sempre enfatizar quem são as pessoas. Com relação aos 3%, sim, eles sempre vêm no orçamento, e já faço uma autocrítica, que é uma falha muito grande nossa de execução, porque, na verdade, a gente tem dificuldade de executar esse dinheiro, por causa da demanda interna da secretaria, porque há baixa equipe e tudo mais, porém esse recurso não é perdido. Esse recurso a gente

sempre suplementa para o próprio fomento à periferia. Então, esse dinheiro não volta para a periferia. Ele é suplementar, para pegar mais um projeto, mais dois projetos; mas, para o ano que vem, a gente já fez um planejamento. Aí era o segundo momento. Podemos compartilhar isso, o que usar com esses 3%. A gente tinha pensando num plano de comunicação, de fazer um site. Acho que é importante haver esse lugar, fazer uma cartilha do fomento à periferia e também ter um processo de escuta e fazer um levantamento de dados junto com os movimentos.

Então, a gente já estava pensando nesse planejamento. O que eu posso dizer é que em 2023 a gente tende a apresentar para vocês um plano para usar esse dinheiro e mostrar qual é o valor. Geralmente esse valor é de 400 mil. Há uns quebradinhos, mas, em geral, é de 300 para 400 mil. Então, podemos apresentar para vocês essa proposta, com o movimento. Se quiserem incorporar isso, fiquem à disposição. Então, com relação a esses 3%, é um pouco isso. Há uma falha, de fato, porque já todo ano há isso. Então, isso, de fato, é uma coisa bem urgente.

Com relação a essa provocação que você trouxe, acho que é realmente válido e acho é uma angústia que a gente também tem, dentro da secretaria, trabalhar dentro do Poder Público em especial dentro da secretaria, onde há poucos funcionários e alta demanda. Isso também faz com que a gente se sacrifique muito nesse lugar. A gente trabalha muito e muitas coisas que a gente gostaria de fazer e de implementar a gente não consegue, muito por tempo e por recurso. Quando há recurso, não há tempo; e quando há tempo, não há recurso. Então, é uma bola que vai batendo também nisso.

Às vezes, a Aurora ou o próprio Bernardo, coordenador, que cuida dos centros e teatros, a gente fica nessa provocação entre a gente: “Está precisando lá. Há gente que não ia fazer isso.” Mas, de fato, às vezes, o tempo nosso é muito ruim. É muita demanda, de fato. Então, acho que a provocação sempre existe da nossa parte, e acho que é importante também você ter feito essa provocação, para que a gente se autoalimente disso, não só do movimento trazendo.

Eu sempre acho também que por parte do movimento - eu sei das dificuldades - é sempre muito positivo essa pressão, porque infelizmente, no Brasil, muitas vezes, o Poder Público só trabalha quando existe não só trabalho, mas só faz quando há pressão. Ele sempre

está atrás. Então, de certa forma, quando há uma pressão, parece que há uma legitimidade para aquilo acontecer, quando, na verdade, não deveria ser assim. Então, eu reforço essa necessidade de pressão e entendo que é necessária também essa provocação interna nossa sim.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Há uma manifestação nas redes sociais, na transmissão *on-line*, que eu queria ler aqui para a gente. Vou ler os nomes de algumas pessoas que se manifestaram: Célia Oliveira, Vânia, Vanvã, Dona Geralda Marfisa e Regina do Carmo Marcauto. Chegaram algumas perguntas da Beatriz Rangel para a Aurora. Na verdade, ela afirma que é necessário que a Secretaria Municipal de Cultura convoque as eleições para os conselhos das Casas de Cultura e também para outros equipamentos que foram mencionados, como centros culturais e teatros. A Aurora falou sobre alguns empecilhos jurídicos. Então, ele perguntou quais foram esses empecilhos jurídicos. Ela também fala que, em 2020, foi realizada uma audiência sobre conselhos em equipamentos de cultura dentro do trabalho da subcomissão, mas, na prática, não avançou, por parte da Secretaria Municipal de Cultura. Então, a Beatriz Rangel faz esse questionamento para a Aurora, para responder.

A SRA. AURORA DA SILVA OLIVEIRA – Obrigada, Beatriz, pela contribuição. Bom, o que há de acúmulo a respeito da discussão dos conselhos, dos equipamentos, e isso não se restringe só a Casa de Cultura. A gente deve mesmo considerar todos os equipamentos do SMC. Havia questões que foram apontadas pelo Jurídico naquele momento, que dizia a respeito à formatação, de o conselho ter sido proposto por portaria e não por decreto. E a própria constituição do conselho é uma coisa que foi posta em xeque naquele momento. E, em 2020, a subcomissão apontou e várias questões foram levantadas em torno disso, mas eu lembro que a gente ficou naquele lugar: Se a AJ permitir, a gente chama o conselho, mas aí a pandemia. Aí a gente ficou assim: “Vamos chamar eleição de conselho, que ficou parada tanto tempo, *on-line*, como é que vai ser?” Parou aí a discussão e acho que precisamos retomar agora, em conjunto, com as discussões todas que estão acontecendo em torno do Conselho Municipal que, talvez, seja um bom espaço para dialogarmos, não sei. Vamos pensar juntos, quero ouvir o que vocês

acham sobre isso.

Mas estava nesse lugar, viu Elaine, diziam respeito à formatação, então, naquele momento, quando foi feito, não havia nem a figura do coordenador. (Pausa) Não tinha paridade, tem umas questões na formatação, todo mundo sabe o que foi feito, nos quarenta e cinco do segundo tempo. Isso impactou na hora de operacionalizar. Acho, portanto, que precisamos rever. Está bom, respondido?

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) - Está respondido. Obrigada, Aurora. Tem mais uma pergunta para o Vinícius, é do Marcelo Nascimento, sobre o Decreto das Ocupações Culturais, quais são os entraves, Vinícius? Ele pergunta.

O SR. VINÍCIUS DO NASCIMENTO - Vamos lá. Acho que tem um histórico anterior a mim, eu estava na Secretaria, é um decreto que existe desde 2016, provocado pelas ocupações. Acho que, em 2021, se não me engano, teve um certo encaminhamento com a antiga Lais, Secretária Adjunta, na época da gestão do Alê Youssef. Do que eu sei, o decreto foi desenhado, de certa maneira, e, depois, mudou a gestão, então acho que o decreto parou.

Nessa época que não estava mais atuante nas reuniões em si, mas sei que o decreto está elaborado, não sei até que ponto passou pela Assessoria Jurídica da Secretaria, mas acho que também é bem importante trazer a questão de, não sei se a palavra seria certa, um rito administrativo.

Um decreto para ser aprovado tem de passar pelo Prefeito, por uma assessoria jurídica especial do Prefeito, então, tem toda uma articulação mais política até, do que técnica, para que um decreto seja aprovado. E ainda mais um decreto desse que tem bastante, enfim, definições políticas e entendimentos jurídicos.

Então, de fato, hoje que eu sei tem o desenho de um decreto, não sei até que ponto a atual gestão conhece ou não conhece o decreto, esse é o atual entrave, digamos assim. (Pausa)

O SR. GUSTAVO SOARES - Mano, só para responder, porque o Vinícius está no Poder Público e ele não pode falar. O entrava se chama Aline Torres, no momento, é a

Secretária. O decreto está pronto já faz anos. Já tem acúmulo. Já passou na AJ algumas vezes, antes da Secretária assumir atualmente, a Aline. Então, assim, respondendo o Marcelo, de uma forma direta, a pergunta dele foi bem direta: o entrave é a Secretária. A Secretária nem dialoga conosco. Não conseguimos sequer sentar à mesa para debater e discutir esse decreto com ela.

Aproveitando a fala da Aurora, quero para chamar à atenção para algo que vem acontecendo, que é o uso que a Secretária também tem feito, que a Secretaria de Cultura também tem feito nessa última gestão, com relação à AJ. Então, tudo que nós quer fazer, trava porque, "juridicamente não pode". Isso tem sido muito problemático, até para contratações de Coletivos. A Assessoria Jurídica da Secretaria, atualmente, parece que tem uma certa alergia a Coletivos Periféricos, então, todas as práticas, todas as linguagens, todos os formatos, tudo que, historicamente, a Secretaria - o pouco - que avançou em relação a isso, foram sendo revistos nas últimas decisões da AJ.

Percebemos, então, que a Secretária tem usado, como escudo, a questão da Assessoria Jurídica. Tudo que a periferia faz não pode, e ela não tem nem a coragem, politicamente, de dizer, porque ela se reivindica enquanto periférica, mas nem tem a coragem de dizer que é um projeto político dela. É um projeto de exclusão das manifestações culturais e ela usa a AJ como escudo.

Essa também talvez seja uma demanda para pensarmos, dentro da Subcomissão, já que com a Secretaria não tem diálogo, como é que a gente consegue construir um diálogo jurídico com a Secretaria. E político também, não é, entendendo que não cabe à Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo - e estamos falando da maior cidade da América Latina - ficar refém de normas jurídicas se essas mesmas normas são excludentes e não atendem as expressões culturais da forma que elas acontecem. Pelo contrário, caberia uma Secretaria de fato, desse porte, com esse nível de recursos que estamos expondo, talvez, ser a vanguarda para uma discussão no sentido de avançarmos as leis, e até rever essas supostas leis e normas técnicas que impediriam as manifestações culturais periféricas de serem contempladas.

Portanto, queria deixar aqui essa provocação. Não sei como podemos encaminhar

isso, mas é uma situação que vem acontecendo, ou seja, tudo que nós queremos fazer não pode ser feito, e não porque a Aline não quer, é porque a AJ não deixa, enfim. (Palmas)

A SRA. AURORA DA SILVA OLIVEIRA - Entendo a provocação, Gustavo, só não escudo de ninguém, nem da Aline, a Aline sabe disso, ela tem total consciência do meu papel e de quem eu sou, tanto dentro da Secretaria, quanto fora dela. Mas eu acho que tem pontos que precisamos ponderar. Por exemplo, conseguimos avançar esse ano, algo que nunca conseguimos avançar em gestões anteriores, com relação à portaria. Setenta por cento das contratações das Casas de Cultura estão acontecendo com base na portaria, que é uma portaria que elimina a exigência de apresentação de três notas fiscais para contratação.

Isso só foi possível porque foi algo que ela bateu bastante para que acontecesse. E é um item que vínhamos pautando, eu estou lá desde 2017, e é algo que estávamos buscando há bastante tempo. Assim como você - e já trocamos ideia sobre isso - as dificuldades que todo mundo começou a enfrentar mais e mais diante das exigências da PGM, do Tribunal de Contas e de todos os outros órgãos de controle, que começaram a pressionar muito em cima da comprovação de histórico de atuação dos artistas, os quais estávamos contratando com base na 8.666, que é de 93, e é uma Lei Federal, e que, de fato, exclui os artistas que nós queremos contratar.

Nesse sentido, vou levantar essa defesa porque, para nós, foi um avanço significativo, mas, claro, não é o único que temos de conquistar, e, nesse sentido, endosso o que você está falando de que precisamos avançar mais e mais. É isso. Nós respaldamos nossa atuação com base nas orientações que a Assessoria Jurídica passa para nós.

Com relação aos Conselhos dos Equipamentos, estou falando porque eu mesma vivenciei isso, nós encontramos entraves nesse sentido, de "Olha, a composição, a paridade e tal" e tudo foi respondido pela Assessoria Jurídica. Assim, não tinha outro órgão, lá dentro, para responder para nós a não ser eles.

Então só queria fazer esse adendo, mas corroboro que precisamos avançar muito ainda no sentido de amadurecer e favorecer melhor ainda os acessos, que só a portaria não

basta. Precisamos, inclusive, avançar para qualificar a própria portaria. Temos falado já há bastante tempo. Não estão todas as linguagens incluídas lá dentro, e nós precisamos seguir, e não é tão simples. Para a gente usar a portaria para referenciar a contratação de um artista específico, ou de uma linguagem específica, precisamos fazer uma pesquisa de mercado, a qual é bastante extensa - precisamos buscar, pelo menos, três referências, enfim, é uma burocracia danada - e que nós estamos tentando dar conta na medida do possível. Assim, mas ela ainda não abrange todo mundo, Gustavo e, nesse sentido, você tem razão.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) - Obrigada. Vou aproveitar que a Aurora falou da portaria, que tem sido motivo de grandes discussões na Subcomissão de Cultura, e dizer que nós convidamos a Secretaria para participar da próxima audiência presencial na Câmara, no dia 29, obrigado Mário. Dia 29, às 10h da manhã que é a audiência pública que acontecerá...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) - A reunião da Subcomissão de Cultura, que acontece às 10 da manhã na Câmara. A gente chamou, pedindo para a Secretaria conversar com a gente sobre essa Portaria, porque ela ainda levanta muitas dúvidas. A Secretaria tem feito uma circulação pelos espaços, pelos equipamentos de cultura, para falar sobre essa portaria, que vem atendendo a uma demanda muito recorrente dos movimentos sobre as contratações artísticas. Por isso, a gente vai fazer esse debate na próxima reunião da Subcomissão de Cultura, na quinta-feira que vem. A gente fez esse convite para a Secretaria, e eu o reforço que ela participe desse debate, porque para a gente faz muito mais sentido conversar com vocês, que elaboraram a Portaria, do que fazer qualquer análise. Daí esse convite que a gente está fazendo para debater. Não sei se o Mario vai vir, mas o Danilo, Chefe de Gabinete, vem.

A SRA. AURORA DA SILVA OLIVEIRA – É quem assina, quem está com a caneta na mão, mas a gente pode contribuir. As equipes técnicas, a galera que nem sempre está com a caneta na mão, se esforçou muito; foram encontros exaustivos para a gente conseguir fazer e,

se o Danilo precisar de ajuda nesse sentido, a gente cola juntos, sem problema nenhum.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – O Mario retificou, e o Danilo disse que vai participar virtualmente. Acho que vocês vão presencialmente e ele, virtualmente. Mas tudo bem, a gente fará um debate com o Danilo lá. É um convite, e eu acho importante a gente fazer essa discussão, porque é um tema que tem sido recorrente nas audiências e, muitas vezes, as pessoas nem sabem da Portaria. A Secretaria está circulando para falar da Portaria, mas, como ela ainda não chegou e essa demanda chega muito na Sub, a gente resolveu fazer esse diálogo lá.

Outra coisa foi o convite do Vinícius, que já tinha nos feito algumas vezes para a gente chamar uma reunião para falar sobre o fomento da periferia. Então, eu queria fazer um convite aqui para os movimentos. Acho que já tinha até comentado com o Vinícius, porque, como o fomento é uma lei escrita a muitas mãos, muitas, mesmo, porque foi escrita pelo movimento cultural, é importante que a gente convide os movimentos para participarem dessa reunião, mas que gente tenha disponibilidade para marcar, sei lá, dentro de duas semanas, três semanas. A gente faz também um esforço dentro do gabinete para convidar os movimentos que queiram participar, se eles quiserem fazer essa discussão com a Secretaria. Acho que querem, pois têm demandado isso. A gente pode participar e pode marcada, fazer igual ao Eric, para daqui a duas semanas, mas a gente entra em contato com a Secretaria e com você, Vinícius, para falar uma data que o movimento apontar para a gente fazer essa reunião. Está bom?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Na quinta-feira, dia 6 de outubro, não terá audiência nem reunião, e eu estou disponível para fazer o debate. Mas a gente conversa com o movimento e, provavelmente, não vai ser de manhã; acho que ele vai pedir para fazer em outro horário em que que fique mais fácil a participação. A gente vai conversando. A gente pode fazer na Câmara ou pode fazer na Secretaria; vocês escolhem. A gente vai fazer esse debate sobre o fomento, que é bem importante mesmo, sobretudo a execução do fomento, que tem sido a periferia.

Eu queria só fazer uma última fala. Não sei se tem mais alguém que gostaria de fazer uma fala de encerramento, mas eu queria fazer resgatar um pouco o que disse o Gustavo e que já apareceu em algumas outras audiências. Eu gosto muito de refletir sempre sobre isso, porque, sem dúvida nenhuma – e isso vocês podem perguntar para qualquer Vereador –, não tem nenhum outro debate na Câmara Municipal que tenha tanta participação popular como o debate da cultura. A Subcomissão de Cultura existe por conta de um insistente trabalho e uma insistente solicitação do movimento de cultura. Essa movimentação criou uma Subcomissão de Cultura dentro da Comissão de Finanças, justamente para discutir o orçamento da cultura e para discutir como a gente consegue colocar as coisas em prática. Com o MROSC e outras leis que vêm para regulamentar – e, obviamente, estamos em uma Casa de Leis, no Legislativo –, a gente entende a importância de fazer a defesa de que as coisas sejam construídas de forma que respeitem a legislação, até porque isso garante também para os movimentos de cultura que as coisas não sejam feitas, como muitas vezes a gente vê na política, a depender dos gostos e vontades dos Parlamentares, dos legisladores e das Secretarias.

Então, a gente não é contrário, nem na Câmara nem na mandata, e entendo que o movimento também não é contrário a essa legislação, mas eu acho que um debate importante a fazer é que a Câmara e a Secretaria estão para legislar a favor do que é possível e adequar e fazer a política, os confrontos e as conversas necessárias. Existem inúmeras experiências em que os Secretários, Administradores e legisladores conseguiram fazer o debate entre os entes federativos do que era necessário para o Município executar as políticas. Por isso, eu acho que, embora a gente tenha grandes limitações jurídicas, o debate precisa ser colocado e, se a gente tem um Secretário de Cultura, um corpo técnico, uma Câmara Legislativa e se, ano após ano, se depois de 20, 30, 40, 50 anos, a gente percebe que a legislação do Município, do Estado e da Federação não atendem à demanda da maioria absoluta da população e dos fazedores de cultura, tem alguma coisa errada na legislação e não nos pedidos.

São os entes – nós da Câmara Municipal, a própria Secretaria, o Prefeito Ricardo Nunes, o Governador e o Presidente – que precisam fazer a movimentação para mudar a

legislação se ela não está atendendo a demanda da população. Eu acho que esse é um debate que a gente precisa enfrentar como legislador, como Vereador. É por isso que a gente ocupa esses espaços, é por isso que os movimentos continuam insistindo, e eu acho que é esse o debate que a gente tem que fazer mesmo em uma audiência pública. Por isso, eu saúdo o fato de esse debate ter sido colocado na mesa, porque realmente é um incômodo muito grande, como tudo o que a gente tenta fazer, quando a legislação não permite, não atende. Isso significa que a legislação está errada e não atende à população como deveria atender.

A gente precisa dizer isto: a nossa legislação é falha, e a gente precisa encontrar caminhos que sejam seguros, adequados, mas que nos atendam. A letra da legislação não pode ser morta e tem que atender as demandas e entender as mudanças que acontecem na sociedade. Nenhuma política de vanguarda, como foi falado aqui, aconteceu com as pessoas não apontando o que a gente vai fazer.

O Luciano, que eu chamei para compor a Mesa, foi a primeira pessoa que falou sobre a necessidade de se escrever uma lei, que depois virou a Lei de Fomento à Periferia na Cidade. Eu me lembro perfeitamente que a primeira coisa que ele falou foi que, quando a gente terminasse de escrever e se a gente ganhasse a batalha sobre a Lei de Fomento à Periferia, no dia em que a gente ganhasse e construísse essa lei, ela não ia mais atender o que a gente estava querendo fazer. O movimento construiu uma lei sabendo que ela ia ter dificuldade de ser executada e, muitas vezes, nas inúmeras reuniões que o movimento fez com a Secretaria de Cultura, a gente ouviu um “não pode”, que o que a gente estava escrevendo não ia existir, não ia acontecer e, se não houvesse uma insistência qualificadíssima do movimento de cultura, essa lei não teria saído, não teria sido escrita e não teria sido escrita pelos movimentos, porque uma das coisas que foram apresentadas pela Secretaria naquele momento foi uma troca total do que tinha sido escrito por três anos pelo movimento cultural, por um projeto de lei da própria Secretaria, que era letra morta e, se não fosse por uma insistência, a Lei de Fomento à Periferia não teria sido aprovado em dezembro do último ano do mandato do Prefeito Fernando Haddad, do jeito como ela foi aprovada.

Agora, se a gente precisa rediscutir a lei, se a gente precisa readequar a lei, a gente vai fazer o necessário para isso, e que outros fazedores de cultura, outros jovens para quem a gente já está virando referência, outras pessoas que estão surgindo agora, escrevam coisas muito melhores do que a gente escreveu. A política pública precisa estar preparada para quem vem bater o pé na porta da Administração Pública para dizer que o que ela está fazendo está errado e que, a partir de agora, vai ser feito de forma diferente e vai ser feito direito. É isso que faz a gente ter uma lei viva e uma sociedade que respeita a cultura, que respeita os direitos, porque a gente está falando dos direitos que as pessoas têm na sociedade.

Era isso que eu queria falar neste final.

Obrigada, gente. Boa noite.

Declaro encerrados os nossos trabalhos.
